

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/vídeo



Lula e Bolsonaro travam o jogo para 2026

Lula e Bolsonaro tornam previsão para 2026 incerta

Um experiente parlamentar da oposição observa o quadro para 2026 e o compara à meteorologia. No caso, no momento parece impossível se prever se em 2026 “vai fazer sol, vai chover, vai nevar”. E completa: “E talvez seja mesmo um defeito nosso na metade de um governo já ficar discutindo quem vencerá o outro”. De qualquer modo, nunca um quadro eleitoral

revelou-se tão incerto. Porque, depois de todos esses anos de polarização política, tudo dependerá do que irá acontecer tanto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quanto com o ex-presidente Jair Bolsonaro. No momento, não há certeza da participação de nenhum dos dois nas próximas eleições. O que abre o jogo para todo mundo. Mas também o trava.

PP/União

Um reflexo sintomático dessa situação é a possível federação do PP com o União Brasil. Na semana passada, dava-se como certa que ela seria anunciada no fim de semana. Não foi. Exatamente porque não há sinal de que os partidos marcharão juntos em 2026.

Caiado

O União Brasil tem um candidato, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Mas o PP o apoiará? Se nem mesmo no União Brasil ele é consenso? Esta semana, por exemplo, o ministro do Turismo, Celso Sabino, declarou que o ideal para o União era indicar o vice de Lula.

Valter Camargo/Agência Brasil



Uma federação União/PP apoiaria Ronaldo Caiado?

Lula arriscará derrota como final da sua carreira?

“Eu, se fosse Lula, diante dos resultados das pesquisas, não disputaria a próxima eleição”, comentou esse parlamentar de oposição. Na Quaest divulgada na manhã de quarta-feira (1), Lula amargou 51% de reprovação. É a menor taxa de popularidade de todos os levantamentos da Quaest. Uma situação que, se não for

revertida, pode cristalizar uma forte rejeição a Lula. Forçosamente, se disputar, 2026 será a última eleição de Lula, que já terá 81 anos. “Ele vai querer encerrar sua carreira política com uma derrota?”, questiona o parlamentar. Não disputando Lula, quem se apresentaria pelo campo do governo? E, do outro lado, quem da oposição?

Tarcísio

O nome mais provável da oposição, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), é justamente o que tem mais dificuldades de se lançar independentemente de Bolsonaro. E Bolsonaro não indica a desistência de tentar reverter a sua situação.

Realismo

Esse parlamentar, no entanto, comenta parecer quase impossível que Bolsonaro consiga reverter a sua situação. No campo jurídico, a condenação é certa. No campo político, é também muito difícil. Mesmo que a oposição, avalie, consiga aprovar o projeto de anistia.

Condenado

O argumento do Republicanos, de que Bolsonaro não poderia ser anistiado porque ainda não foi condenado faz sentido. Mas, para além disso, parece difícil estender um projeto destinado a rever casos de condenações exageradas a um julgamento por tentativa de golpe.

Indulto

“A única possibilidade talvez seja a vitória em 2026 de alguém do nosso campo que o indulte depois”, raciona o parlamentar. “Mas essa seria uma boa solução para ele?”, questiona. Bolsonaro perderia a chance de 2026 para talvez voltar em 2030. Mas, aí ele já terá 76 anos.

Sem anistia, PL pede habeas corpus para 8/1

Motta hesita em pautar projeto e dribla ameaça de obstrução

Por Gabriela Gallo

Enquanto não consegue avançar com a tramitação do projeto de lei que concede anistia aos presos envolvidos com os atos antidemocráticos de 8 de janeiro (PL 2858/2022), o PL vai buscando outros caminhos para proteger os envolvidos. O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), pretende apresentar o requerimento de urgência para o projeto na reunião de líderes marcada para esta quinta-feira (3). Mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não dá sinais de que acatará o pedido. O PL e os demais aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro ameaçam com uma obstrução total. Mas, na quarta-feira (2), novamente não conseguiram evitar que o plenário da Câmara se reunisse e aprovasse o projeto que autoriza o governo a ações de reciprocidade contra o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Assim, em uma nova tentativa, o líder da Oposição, Luciano Zucco (PL-RS), anunciou que a bancada do PL protocolará no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de habeas corpus coletivo solicitando a prisão domiciliar para os investigados que ainda não tiveram a prisão definitiva determinada. Segundo o parlamentar, a medida vale para: idosos, gestantes, pessoas debilitadas por doenças graves, mães com filhos de menos de 12 anos e homens que sejam os únicos responsáveis por crianças com menos de 12 anos.



Liderança da Oposição

Oposição entrega a Hugo Motta dossiê sobre presos do 8 de janeiro

Cabeleireira

A medida foi motivada após o ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, converter a decretação de prisão preventiva em prisão domiciliar para a cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que foi flagrada pichando com batom a frase “Perdeu mané”, na estátua em frente ao STF, no dia 8 de janeiro de 2023. A mudança na situação da cabeleireira foi pedida pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet, após o ministro Luiz Fux pedir vistas no julgamento sobre a sua pena.

A medida pode abrir uma discussão sobre a Suprema Corte para que reveja as penas aplicadas aos réus dos atos antidemocráticos. O próprio Hugo Motta já declarou concordar que os envolvidos pre-

cisam ser responsabilizados, mas que considera algumas penas excessivas. Todavia, desde que assumiu o cargo como presidente da Câmara, Motta defende a independência entre os poderes. Portanto, a priori, a expectativa é que ele não deve pautar o PL da Anistia, já que a medida pode atrapalhar o andamento do julgamento no Supremo. Contudo, nos bastidores, ele manifesta que espera que os ministros da Suprema Corte revisem (e reduzam) as penas aplicadas contra os réus.

Condenados

Em entrevista coletiva na Câmara nesta quarta, a bancada do PL apresentou um dossiê elaborado pela Associação dos Familiares e Vítimas do 08 de janeiro (Asfav) que denuncia

irregularidades e supostos abusos praticados nos presídios contra os envolvidos. Dentre elas: impedimento de contato com os advogados, proibição dos advogados acompanharem seus clientes na fase de triagem, negativa de acesso aos autos de processos antes das audiências.

Ainda nesta quarta-feira, o procurador-Geral da República Paulo Gonet encaminhou ao STF um parecer contrário à prisão neste momento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por convocar manifestações favoráveis à anistia dos presos por 8 de janeiro. O pedido foi solicitado pela vereadora Liana Cirne (PT-PE) a Alexandre de Moraes, que solicitou um posicionamento da PGR. Segundo Gonet, convocações pacíficas não configuram crime.

Relator pede cassação do deputado Glauber Braga

Por Karoline Cavalcante

O deputado federal Paulo Magalhães (PSD-BA), relator do processo contra o deputado Glauber Braga (Psol-RJ) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, apresentou nesta quarta-feira (2º), um parecer favorável à cassação do mandato por quebra de decoro parlamentar. A votação do texto está prevista para acontecer na próxima semana, já que o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) pediu vista — mais tempo para a análise — na reunião do colegiado.

A representação (REP 5/24) foi movida pelo Partido Novo contra o deputado do Psol, que, em abril do ano passado, expulsou com empurrões e chutes um integrante do Movimento Brasil Livre (MBL), o youtuber Gabriel Costenaro, das dependências da Câmara após receber provocações do influenciador. O texto também menciona supostas ofensas e agressões proferidas na data ao deputado federal Kim Kataguiri (União-SP). E ofensas ao então presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Segundo o relator, as acusações direcionadas ao representado, sobretudo as ofensas dirigidas a Lira (PP-AL), atingem, sobretudo, a honra e a dignidade do parlamento e de seus membros. “Diante das provas produzidas nos autos, verifica-se que o Representado extrapolou os direitos inerentes ao mandato, abusando, assim, das prerrogativas que possui.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Glauber Braga agrediu um militante do MBL

Portanto, é imperioso admitir que o Representado, com seus atos, efetivamente incidiu na prática da conduta do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, sendo cabível, no caso sob exame, a sanção de perda do mandato”, diz o voto de Magalhães.

O parecer deve ser votado na próxima semana, e caso seja aprovado pelo colegiado, seguirá para análise do plenário da Câmara dos Deputados.

Perseguição política

Ao discursar, Braga afirmou estar com o “coração tranquilo”. Ele alega que se viu obrigado a defender a honra de sua mãe no momento da discussão. Segundo Glauber Braga, ofensas a ela feitas pelo militante

do MBL é que ocasionaram o episódio. O deputado também alega ser vítima de perseguição política por parte de Lira, que teria encomendado o resultado do parecer. “O relator, no seu desespero em poder agradar quem de fato escreveu o relatório, nem disfarçou. O que eu disse naquele dia, deputado, e o que eu repito aqui no dia de hoje, é que quem escreveu o seu relatório foi o senhor Arthur Lira”, declarou.

Em seu argumento, Glauber Braga disse que virou alvo pelas denúncias que fez contra supostas irregularidades na destinação de emendas parlamentares por meio de orçamento secreto, quando o envio é realizado sem respeitar critérios de rastreabilidade e transparência dos

recursos. Segundo o psolista, o relator indicou valores para cidades baianas que constam na lista de emendas orçamentárias suspensas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino.

Em defesa, a líder do partido, deputada Taliria Petrone (Psol-RJ), considerou a decisão desproporcional, argumentando que o Conselho de Ética optou por arquivar o pedido de cassação da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP), que é ré no STF por perseguir e render, com arma em punho, o jornalista Luan Araújo durante um ato político em São Paulo.

Parlamentares também lembraram do processo de cassação do mandato de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista dela, Anderson Gomes, em 2018. “Sabem que é o relator do pedido de cassação? Paulo Magalhães (PSD-BA), o único deputado da comissão que votou em defesa de Chiquinho Brazão!!!”, afirmou o deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) na rede social X (antigo Twitter).

Difícil escapar

Na avaliação do cientista político André Rosa, embora não seja possível prever os próximos passos do caso, a tendência é que o parlamentar sofra a punição e entregue o cargo. “A partir do momento em que o relator profere um parecer pela cassação, é bem difícil que ele escape dessa situação”.